

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Irã¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Com uma população de mais de 80 milhões de pessoas, a República Islâmica do Irã é o segundo país mais populoso da região (o primeiro é o Egito). Mais de 22 milhões de pessoas têm menos de 18 anos de idade — 27 por cento da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Irã foi de 0,774 em 2015, posicionando o país na categoria de alto desenvolvimento humano. O país apresenta uma longa história de concessão de asilo a refugiados e estima-se que até 3,5 milhões de afegãos — muitos de segunda ou terceira geração — e cerca de 30.000 iraquianos vivam no país sob o *status* de refúgio.

A economia do Irã apresenta taxas de crescimento elevadas, sendo beneficiada pela retirada das sanções ao petróleo e da consequente recuperação de suas exportações. A inflação diminuiu de 39,3 por cento, em 2013, para 17,2 por cento, em 2014, em parte graças à reforma de subsídios e à política de desvalorização da moeda nacional. As taxas de extrema pobreza no Irã são baixas. Entre 1990 e 2013, a parcela da população que vivia abaixo da linha da pobreza a USD 1,9/dia caiu de 6 por cento para 0,1 por cento, apesar de ter aumentado para 0,3 por cento em 2014. Apesar disso, as crianças sofrem mais com a pobreza, segundo dados de 1984 a 2007. O número de crianças pobres com pais trabalhando no setor informal era 3,5 vezes maior que o daquelas com pais trabalhando no setor formal.

O Irã tem um dos mais altos níveis de investimento governamental em saúde na região (destaca-se o aumento de 12,7 por cento em 2011 para 17,5 por cento em 2014). Em 2014, o governo introduziu um seguro público de saúde universal para garantir a cobertura de todos os iranianos, inclusive desempregados e pessoas pobres. Desde 2015, refugiados registrados também podem acessar o sistema. Ademais, os indicadores de educação do país sobressaem positivamente quando comparados aos demais países da região.

A constituição iraniana garante o direito à segurança social e ao bem-estar. Em 2004, a Lei de bem-estar e do sistema de segurança social estabeleceu o *High Council of Welfare and Social Security*, que supervisiona a coordenação, a avaliação e a aprovação de políticas de segurança social e bem-estar. O Ministério da Segurança Social também foi criado em 2004. Em 2011, o órgão foi unificado com o Ministério das Cooperativas, do Trabalho e do Bem-Estar Social. O Ministério também administra a *State Welfare Organisation (SWO)*.

Após a revolução de 1979, várias organizações emergiram com o objetivo de prestar assistência à população vulnerável. Atualmente, programas de proteção social são fornecidos não apenas pelo governo, mas também por Organizações Não Governamentais (ONGs) e, principalmente, organismos paraestatais, como, por exemplo, a *Foundation for the Oppressed*, a *Foundation for the Martyr* e o *Iman Khomeini Relief Committee (IKRC)* — que desempenham papel importante no sistema de assistência social do país. Ainda que essas organizações recebam apoio financeiro do Estado, elas não possuem obrigações diretas de prestação de contas ao governo.

Em 2010, o Irã lançou um dos maiores programas de transferência de renda do mundo. Com o objetivo de compensar as famílias pelo aumento de preços atrelado à retirada gradual de subsídios governamentais ao pão e à energia, o governo introduziu o *Targeted Subsidies Reform Act*. Foi instituída uma transferência de renda mensal de IRR 445.000 (USD 45) para cada indivíduo beneficiário e, em 2011, as transferências já contabilizavam 6,5 por cento do PIB e, aproximadamente, 29 por cento da renda média das famílias. Embora o valor real da transferência tenha diminuído desde então (em decorrência da inflação), o programa foi significativo em reduzir os níveis de pobreza e de desigualdade de renda, no período em que foi introduzido.



Em 2011, 73 milhões de iranianos receberam benefícios em dinheiro, o que custou ao governo IRR 3,300 bilhões por mês. As dificuldades administrativas para identificar beneficiários segundo o nível de renda resultaram em cobertura quase universal do programa. Além da *Targeted Subsidies Reform Act*, uma ampla gama de programas de assistência social existe no Irã. Na área de alimentação escolar, mais de 14 milhões de alunos receberam leite por meio do Ministério da Educação em 2011. Ademais, a SWO oferece refeições em centros de assistência nas áreas rurais, assim como leite gratuito em jardins de infância, beneficiando 144.321 e 602.327 crianças, respectivamente, em 2011. Além disso, vários programas de oferta de alimentos são oferecidos a grupos particularmente vulneráveis: o IKRC, por exemplo, alcançou mais de 64.000 crianças e 5.700 grávidas em 2011. Ainda, o IKRC e a SWO também apoiam órfãos por meio de transferências de renda e benefícios em espécie.

Adicionalmente, o IKRC administra dois programas de transferência de renda. O projeto *Shahid Rajaei* fornece suporte financeiro a famílias rurais pobres e a nômades. Em 2013, o programa alcançou cerca de 1,38 milhões de pessoas. O *Aid Project* visa fornecer apoio financeiro para famílias de baixa renda e para as chefiadas por pessoas com deficiências. Em 2013, mais de 2,6 milhões de pessoas receberam apoio permanente e 2 milhões apoio, ad hoc pelo programa. O Seguro de Saúde não Contributivo (*Non-contributory health insurance*) é fornecido pelo *Villagers and Nomads Social Insurance Fund* do Ministério das Cooperativas, do Trabalho e do Bem-Estar Social e, em 2011, cobriu 947.813 famílias. Além disso, o IKRC e o SWO fornecem seguro-saúde para famílias chefiadas por mulheres. Ademais, o IKRC apoiou 1,2 milhões de beneficiários em 2013 por meio de serviços médicos e seguro-saúde.

O Irã destaca-se como o primeiro país da região a financiar um programa de transferência de renda de larga escala financiado por receitas da reforma de subsídios. Dada a multiplicidade de atores na área de proteção social do país, muitos programas, frequentemente de natureza muito similar, existem paralelamente. Apesar de essas iniciativas serem importantes, melhorar a coordenação dos programas é um esforço essencial para combater a situação de vulnerabilidade de crianças iranianas de maneira mais efetiva.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.